



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 077

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE SETEMBRO DE 2003**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelo senhor deputado Delegado Bradock e Luciana Rafagnin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

O SR. PRESIDENTE (**Augustino Zucchi**)

Verificada a existência de número legal e sob a proteção de Deus, declaro aberta a

**SESSÃO ESPECIAL**

em homenagem aos trinta anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e vinte e oito anos da Embrapa-Soja.

Tenho a honra de passar a palavra ao Exmo. Sr. deputado estadual José Maria Ferreira, autor da presente homenagem para que, em nome do Poder Legislativo, saúde a Embrapa pelos seus 30 anos de criação, bem como a Embrapa-Soja pelos 28 anos de atuação nesse setor.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Exmo. Sr. presidente, Augustinho Zucchi; Exmo. Sr. Dr. Caio Vidor, chefe geral da Embrapa-Soja, Londrina; Exmo. Sr. deputado Mário Sérgio Bradock; Exma. Sra. Luciana Rafagnin; Exmo. Sr. chefe adjunto de Comunicações e Negócios, Alexandre José Catalan; Exmo. Sr. chefe adjunto de Administração, Norman Nie-

meyer; Exma. Sra. Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, futura chefe da Empresa Nacional de Pesquisa de Soja, Londrina; senhores representantes das empresas coligadas, Embrapa, Consulado, senhores deputados, senhoras deputadas, representantes de Cooperativas aqui presentes, senhores e senhoras. (Lê):

“Temos em nosso país grandes empresas, valiosas principalmente pelos seus talentos profissionais e pelas técnicas modernas, as quais nos causa sentimento de orgulho.

Dentre essas empresas está a Embrapa-Soja, uma das 40 unidades de pesquisa da Embrapa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que neste ano completa 28 anos e que esta Casa tem a honra de homenagear.

Detentora de um dos centros mais modernos de pesquisa, sua missão é viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento sustentável da soja e do girassol, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias ao produtor resultando em benefício da sociedade.

A Embrapa-Soja, foi fundada em 1975 com o propósito de desenvolver tecnologia para produção de soja no Brasil, tornando-se referência mundial em pesquisa para a cultura da soja em regiões tropicais. Até 1970, os plantios comerciais de soja no mundo restringiam-se a regiões de climas temperados e subtropicais, cujas latitudes estavam próximas ou superiores aos 30°. Os pesquisadores da Embrapa-Soja romperam essa barreira, desenvolvendo variedades adaptadas às condições tropicais com baixas latitudes, permitindo o cultivo da oleaginosa em todo o território brasileiro.

Em meados dos anos 70, quando a Embrapa-Soja foi criada, a produção nacional de soja era de, aproximadamente, 10 milhões de toneladas. Na safra 2002/2003, a produção chegou a 53 milhões de toneladas do grão, ocupando a segunda posição entre os grandes produtores mundiais.

Em 28 anos de existência, a Embrapa-Soja, em parceria com organizações do setor público e privado, desenvolveu cerca de 200 cultivares de soja, trigo e girassol. Atualmente, as Cultivares Embrapa, como são chamadas, respondem por mais de 50% da produção nacional de sementes de soja. A oferta, pela Embrapa-Soja, de materiais genéticos com alta produtividade, menor sensibilidade ao fotoperíodo, assim como a incorporação de resistência às principais doenças da soja, possibilitaram essa conquista.

De abrangência nacional, o programa de melhoramentos genético da Embrapa-Soja e seus parceiros é o maior programa mundial do gênero para regiões dos trópicos. Esse eficiente sistema de parcerias, aliado à excelência do seu corpo técnico, confere à Embrapa-Soja liderança nacional no desenvolvimento de cultivares de soja. Os resultados das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa-Soja e parceiros contribuíram de forma decisiva para o aumento da eficiência, competitividade e sustentabilidade da soja brasileira.

A soja foi introduzida no Paraná no final da década de 50, quando houve uma severa geada que acabou com os cafezais brasileiros. Enquanto o café se recuperava, foram introduzidas novas culturas que pudessem garantir renda aos produtores. Aliado a isso, o governo passou a incentivar a produção de trigo, através da garantia de compra do produto a preços superiores aos praticados no mercado mundial. Como o trigo é uma cultura de inverno, a soja entrou como alternativa de cultivo de verão.

A região sul, arredores de Ponta Grossa, foi a primeira a introduzir a soja. Na safra de 1959/60, o Paraná produzia 7 mil toneladas do grão em 5 mil hectares. A produção de soja não parou mais de crescer no nosso Estado, aumentando ano após ano. Na safra de 79/80 a produção atingia 5,4 milhões de toneladas em 2,4 milhões de hectares, mantendo o Paraná na liderança do cultivo da soja no Brasil, vindo a perder a posição para o Mato Grosso somente na safra 99/2000. Mesmo assim, o Paraná continua a ser um celeiro agrícola. Na última safra de soja (2002/2003) colhemos cerca de 10 milhões de toneladas em 3,6 milhões de hectares.

Localizada em Londrina, no Distrito de Warta, desde 1989, hoje a Embrapa-Soja conta com 300 funcionários, sendo 74 pesquisadores com mestrado e doutorado. Sua instalação em Londrina foi estrategicamente planejada, porque a cidade possui clima de transição favorável para o desenvolvimento de tecnologias, tanto para o Sul como para o Centro Oeste do país.

As tecnologias da Embrapa-Soja são:

- Cultivares de soja, representando significativo aumento da rentabilidade para o produto e de divisas para o país.

- Cultivares de trigo, em parceria com a Embrapa-Trigo e outros parceiros, colocou no mercado as primeiras cultivares de trigo BRS para o Paraná, Estado que responde por 60% da produção nacional.

- Cultura do girassol, no Brasil cultiva-se atualmente cerca de 100 mil hectares desta cultura, graças, em grande parte, às tecnologias lançadas pela Embrapa-Soja.

- Manejo integrado de pragas: as recomendações que compõem o manejo integrado de pragas e colaboram para preservar o ambiente, tem por objetivo reduzir custos e garantir boa produtividade.

O controle biológico da lagarta da soja com o *Baculovirus*, por exemplo, é utilizado em aproximadamente 1,5 milhões de hectares.

- Sementes: um eficiente sistema de avaliação da qualidade da semente que pode evitar o descarte de lotes de sementes de boa qualidade.

- Fertilidade do solo: técnicas adequadas de adubação foram indispensáveis para que, nos últimos 10 anos, a produtividade média da soja, no Paraná, crescesse de 2 mil para 3 mil kg/ha.

- Zoneamento Climático: o Zoagro-Soja, software que disponibiliza informações sobre o zoneamento agroclimático da soja para os Estados do Paraná, São Paulo,

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia.

Graças à Embrapa-Soja, o Paraná é campeão em evitar desperdício. O corpo medidor, instrumento desenvolvido pela Embrapa-Soja, é capaz de apontar o índice de grãos perdidos. A partir dessa informação, o agricultor pode investigar o que provoca o desperdício: se é má regulagem da máquina, velocidade excessiva da colheita-deira, entre outros fatores.

Há várias safras, a Embrapa-Soja vem distribuindo copos medidores para Emater-PR e outros serviços de extensão rural que desenvolvem programas de redução de perdas na colheita de soja. Os produtores do município de Cambé, atendidos pela Emater, por exemplo, conseguiram reduzir os níveis de perdas para 0,8 sacas por hectare, índice bem abaixo da média nacional.

- Sistema de transferência de tecnologias: o sistema treino&visita é a de transferência de tecnologia que, em parceria com a Emater, Iapar e Cooperativas, forma uma rede de intercâmbio de informações entre pesquisa, técnicos e produtores.

Sua maior virtude é a capacitação contínua dos técnicos da assistência pública e privada em tecnologias de produção das culturas de soja, milho e trigo, e em gestão e administração da propriedade e em informações básicas sobre as estratégias de comercialização da produção.

O alto índice da produção técnico científica, o desenvolvimento de tecnologias e sua transferência para a sociedade, aliado ao trabalho dos empregados da empresa e também de todos os parceiros, deu ao Centro Nacional de Soja, pelo segundo ano consecutivo, a primeira colocação na avaliação da Embrapa, obtendo a excelência produtiva. Todo esse comprometimento com a geração de tecnologia que viabilizassem o incremento da cadeia produtiva da soja foi fundamental para tornar o país o segundo produtor mundial do grão, atrás apenas dos Estados Unidos.

Hoje a soja no Brasil, graças à Embrapa-Soja, responde por quase 50% da produção brasileira de grãos, que saltou de 58 milhões de toneladas para 115 milhões de toneladas, nos últimos 10 anos.

Muito nos orgulha prestar essa homenagem aos 28 anos de existência da Embrapa-Soja, uma valorosa empresa com raízes fortemente estabelecidas no nosso Paraná e pelos 30 anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.”

É com esse sentimento que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná presta essa homenagem àqueles que dedicam as suas vidas à pesquisa e em busca do melhoramento da qualidade de vida de toda a população, não só brasileira, mas porque também não dizer mundial. Porque nós hoje nos transformamos no maior banco genético de soja do mundo. Isso mostra que cada vez mais precisamos fazer o estímulo através de verbas orçamentárias, estímulo a pesquisa, estímulo para que possamos produzir cada vez mais para que tenhamos cada vez menos gente necessitando de alimento.

É com esse sentimento que agradecemos aos 30 anos da Embrapa Nacional e aos 28 anos do Centro Nacional de Pesquisa de Soja sediado em Londrina. E, aqui, é com orgulho que em nome de todos nós, apresentei o requerimento, o qual culmina com essa homenagem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Esta Presidência registra com satisfação, aqui, na Mesa, a presença do vice-governador e secretário estadual da Agricultura, Dr. Orlando Pessuti; também do nosso querido amigo deputado Antonio Martins Anibelli; da deputada Luciana Rafagnin, que atua nesta Sessão como 2ª secretária da Casa; e do deputado Mário Sérgio Bradock, que é o nosso 1º secretário desta Sessão; também registro a presença do Dr. Caio Vidor, que é o nosso chefe geral da Embrapa-Soja.

Convido, neste momento, a todos os presentes a assistirem ao vídeo institucional da Embrapa-Soja.

#### **(Apresentação do Vídeo)**

Solicito ao 1º secretário que proceda a leitura dos termos da homenagem a ser entregue à Embrapa.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede a leitura do Termo.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito ao deputado José Maria Ferreira para que proceda a entrega da homenagem, que é o Pinhão, um dos símbolos do nosso Estado, ao chefe geral da Embrapa-Soja, Dr. Caio Vidor, pelos 30 anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e 28 anos da Embrapa-Soja.

#### **(Aplausos)**

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

**(Procede à entrega da homenagem, que é o Pinhão).**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Nesse momento concedo a palavra ao Dr. Caio Vidor, chefe geral da Embrapa-Soja, para as suas considerações.

**O SR. CAIO VIDOR**

Exmo. presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Augustinho Zucchi, Exmo. vice-governador, secretário da Agricultura e Abastecimento Dr. Orlando Pessuti, demais deputados integrantes da Mesa Diretora desta Casa, senhores deputados e, em especial ao nosso deputado José Maria Ferreira, pela sua postura incessante em defesa do setor agropecuário do Estado do Paraná, uma postura sempre muito forte em defesa da ciência e tecnologia, defendendo significativa-

mente as instituições responsáveis pela geração de tecnologia devido ao seu reconhecimento de que o aumento de produtividade, agregação de valor ao setor primário serve como um instrumento importante para o desenvolvimento, não apenas no Estado do Paraná mas a todo o país.

As nossas homenagens também à deputada Elza Correia, uma das defensoras também da área de ciência e tecnologia, pela postura sempre forte na defesa dos interesses e do desenvolvimento do Estado do Paraná.

Meus caros colegas da Embrapa-Floresta aqui presentes. Também demonstrando a participação efetiva do agradecimento, da honra e da homenagem que está sendo expressa à Embrapa, onde a Embrapa-Floresta tem uma participação efetiva ao desenvolvimento, não apenas do Paraná, mas também com seu compromisso para o desenvolvimento, olhando a área florestal, como importante integrante do sistema de produção do país.

Meus caros colegas da Embrapa-Soja também aqui presentes. Demais autoridades presentes, parceiros, minhas senhoras e meus senhores.

Hoje, é inquestionável a contribuição da Embrapa como uma instituição de ciência e tecnologia, através da pesquisa conduzida a nível nacional. Onde, através das tecnologias geradas, têm contribuído desde a sua criação, há 30 anos atrás, para o progresso e desenvolvimento deste país.

Essas tecnologias, uma boa parte de seus efeitos podem ser mensurados através das ações diretas, que são refletidas nas diferentes cadeias produtivas, e também nas ações indiretas, que chamamos de crescimento intangível, através dos seus efeitos no aquecimento da economia, na ação direta que os setores de prestação trazem ao desenvolvimento do país.

Hoje, a Embrapa é considerada a maior instituição em ciência e tecnologia ligada ao setor primário em termos mundiais. Temos cerca de 8600 empregados, dos quais 2000 são pesquisadores com diferentes níveis de formação, contribuindo nas diferentes áreas de conhecimento em 40 centros de pesquisas, distribuídos em todo o território nacional. Esses centros são agrupados em três grandes alíneas. Os centros de produto, das quais a Embrapa-Soja e Embrapa-Floresta representam. Os centros temáticos, em função da importância do desenvolvimento e do avanço de conhecimento nesses centros. E aqui o centro de recursos genéticos e biotecnologia é um exemplo desse tipo de enquadramento.

Temos também os centros ecorregionais, que têm uma função muito grande no desenvolvimento de pesquisa adaptadas a um determinado ecossistema.

Através dessa importância no desenvolvimento, a Embrapa distribuiu seus centros no território nacional, e o Paraná está contemplado com duas de suas unidades: a Embrapa-Soja, localizada em Londrina e a Embrapa-Floresta, em Colombo.

Quando olharmos especificamente a Embrapa-Soja, vamos verificar que é uma unidade que congrega

300 empregados, dos quais 74 são pesquisadores, grande parte com a titulação de doutor obtido em diversos países, com grande especialização em diferentes áreas de conhecimento ligadas com a missão que esta unidade tem, que é o desenvolvimento de tecnologias para as cadeias produtivas da soja, do girassol a nível nacional, e, com o apoio da Embrapa-Trigo de Passo Fundo, no desenvolvimento de tecnologia para a cultura do trigo.

Durante os seus anos de existência a Embrapa-Soja sempre esteve relacionada com o aumento da lavoura de soja no País.

Aqueles que começaram a trabalhar com soja mais recentemente, não têm a percepção do que foram esses últimos 40 anos em termos do avanço da soja como uma importante cultura da agregação de valores, na formação de receita e praticamente no aumento do Produto Interno Bruto brasileiro.

Se olharmos a lavoura da soja como um todo, podemos classificar em três grandes estágios de desenvolvimento. O primeiro foi baseado, principalmente nos primórdios da década de 50 e 60, quando por meio da aliança para o progresso com os Estados Unidos, o Brasil começou a receber uma série de tecnologia e, na época, o Brasil estava buscando a sua auto-suficiência na produção de trigo no país e o Rio Grande do Sul era um dos grandes produtores na época.

Estaríamos ampliando a lavoura de trigo garantindo a cobertura de solo na primavera e no verão para evitar perdas significativas por meio da erosão, e a soja começou a aparecer como a grande alternativa como cultura de verão em sucessão à lavoura de trigo para podermos, então, ampliar a renda por unidade de área, uma vez que ela utilizava praticamente toda infra-estrutura da lavoura do trigo e tínhamos poucas despesas ou custos de produção.

Como o Brasil colocava no mercado internacional na entressafra dos Estados Unidos, que era o grande produtor de soja, tínhamos preços altamente compensadores. As políticas de governo foram fundamentais para que houvesse um aumento significativo também no desenvolvimento dessa cultura que, muitas vezes, os agricultores passavam a conhecer por meio da rede experimental que era distribuída na Região Sul.

Durante muitos anos o Rio Grande do Sul foi o maior produtor de soja, no início com cerca de 95% da produção nacional; com a vinda e a migração dos gaúchos para as diferentes regiões, o Paraná passou também a ter uma contribuição decisiva na produção de soja.

A partir de meados da década de 90, o Paraná passou a ser o maior produtor de soja até o final da década passada, quando foi superado pelo Estado do Mato Grosso. Então, hoje, o Mato Grosso é o maior produtor de soja do país, seguido do Paraná e depois do Rio Grande do Sul.

Quando olhamos esse crescimento que houve no Estado do Paraná, vemos a importância das diferentes instituições que trabalham em pesquisa, no desenvolvi-

mento de tecnologia nas diferentes áreas de conhecimento, e a soja como um integrante importante nos processos produtivos e de sistemas de produção agrícola do Estado do Paraná.

Quem dos senhores, que tem uma vivência maior com a soja, não lembra dos problemas sérios do “olho da rã”, uma doença fúngica que grassou no Estado do Paraná em meados de 80 até o final desta década, onde, de imediato, as instituições de pesquisa e a Embrapa-Soja tiveram uma participação decisiva no desenvolvimento de cultivares resistentes a essa doença e, conseqüentemente, superando o problema do fracasso que poderia ter essa cultura no Estado, se não houvesse o desenvolvimento de cultivares melhores adequados.

Da mesma forma, a ocorrência do “cancro da haste”, no final da década de 80, início da década de 90, que dizimou grande parte das lavouras do Paraná, também os trabalhos de pesquisa possibilitaram o desenvolvimento de cultivares com fontes de resistência que garantiram a estabilidade de produção e aumento de produtividade, pela adoção dessas cultivares e do pacote de tecnologias necessárias para o aumento de produtividade.

Da mesma forma começaram a aparecer outros problemas relacionados com os “nematóides”, principalmente, “nematóide de cisto” como um aspecto extremamente nocivo à estabilidade de produção. Também, hoje, existem cultivares resistentes à “nematóides” garantindo uma maior estabilidade de produção. Além disso, temos todas aquelas tecnologias que já foram apresentadas no discurso do deputado José Maria, o que demonstra o comprometimento da Embrapa no sentido de garantir estabilidade de produção, olhando a soja como um importante integrante do processo produtivo.

Por meio dos trabalhos de parceria, foi extremamente importante o desenvolvimento e a estabilidade de produção dessa cultura; pela participação efetiva nas parcerias entre as unidades que compõem a Embrapa na utilização de todas as tecnologias direcionadas a um sistema produtivo com maior sustentabilidade, foi possível, em associação com outras instituições como o Iapar, as universidades de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, a Emater como importante parceiro nos processos de transferência de tecnologia e principalmente das cooperativas de produção, através dos seus departamentos técnicos, com uma participação efetiva no crescimento da soja como integrante desse processo produtivo.

Se olharmos a soja, o trigo e o milho, como as três culturas extremamente importantes e carro-chefe na produção de grãos do Estado do Paraná, com contribuição significativa ao crescimento do Produto Interno Bruto e os reflexos que isso traz no aquecimento da economia do Estado.

Hoje, o Estado do Paraná produz em torno de três milhões e seiscentos mil hectares, uma produção próxima a onze milhões de toneladas, o que caracteriza a pujança que essa cultura apresenta como um valor agregado tanto na sua exportação como grão, como utilização na forma

de ração para a transformação de produção de carne animal.

Quando olhamos o Brasil, hoje segundo maior produtor de soja, em torno de 53 milhões de toneladas, superado apenas pelos Estados Unidos, que hoje produz em torno de 74 milhões; tendo a Argentina como o terceiro maior produtor, em torno de 36 milhões de toneladas.

Então, o Brasil quando comparado aos Estados Unidos e a Argentina, tem uma vantagem competitiva muito grande, que é a perspectiva de aumento de área cultivada, tendo em vista a conquista das regiões de baixa latitude do Brasil Central pelo desenvolvimento de cultivares as melhores, adaptadas a essas regiões, que é uma tecnologia nitidamente brasileira. A partir do desenvolvimento desses cultivares, com fontes de resistência às principais doenças e a utilização de tecnologias de alta gestão em termos empresariais, possibilitou aumento de produtividade nesses trinta anos, aumentando praticamente 90% de rendimento, indo de em torno de 1300 quilos para praticamente 3000 quilos por hectare. Média atingida pelo Estado do Paraná no ano passado.

Esse é um aspecto extremamente positivo, enquanto a Argentina e Estados Unidos precisam substituir outras culturas para poder plantar a soja, o Brasil ainda tem pelo menos cinquenta milhões de hectares que podem ser utilizados sem limitações edáfico-climáticas para a produção de grão, principalmente quando falamos no ecossistema cerrado. Portanto, sem pensar em avançar na selva amazônica.

Mas, por outro lado, quando olhamos esta capacidade competitiva brasileira, temos que também olhar os problemas do custo-Brasil. Vamos ter então, grandes problemas ligados aos problemas de armazenamento na região produtora, que fazem com que grande parte da safra tenha que ser transportada para os centros de transformação ou para exportação no pico da safra, fazendo com que o custo do frete, a grande maioria feita por via rodoviária, seja muito elevada.

Da mesma forma, os problemas relacionados com o crédito para garantir a produção dentro de uma tecnologia bastante adequada e com isso trazer maior rentabilidade ao produtor.

São fatores que precisam de ações do governo, tanto a nível federal como estadual, para que realmente tenhamos uma garantia de manutenção de competitividade e com isso temos condições de aumentarmos a nossa produção, com ocupação de maiores quantidades de áreas. E hoje estamos altamente dependentes do mercado internacional. No Brasil ainda a soja representa o consumo direto na forma de óleo, ou indireto através da ração. Temos que garantir mecanismos alternativos de utilização da soja. Então, o aumento do consumo humano através das diferentes formas que podem ser processadas, é um fator altamente importante que devemos estimular, em função dos benefícios que esses diferentes produtos a base de soja trazem à saúde humana.

Outro aspecto extremamente importante, são os mecanismos alternativos na utilização de óleos vegetais, dos quais a soja é um importante fator na produção de energia. E hoje o Estado do Paraná, liderado pelo nosso vice-governador, está buscando o desenvolvimento, através de uma rede de instituições, garantir o desenvolvimento do biodiesel e outras formas de processamento de diesel vegetal como alternativa importante de agregação de energia e, conseqüentemente, novas alternativas para garantir um desenvolvimento sustentável e com equilíbrio, e com isso garantir maior renda e qualidade ao setor agrícola.

E dentro desses usos, devemos considerar ainda a possibilidade da utilização do óleo de soja como fonte de carbono, na elaboração de diferentes polímeros que podem ser utilizados nas diferentes formas de utilização, que vão desde tintas, vernizes, fibras e outros produtos.

Então, dentro desses aspectos, temos também uma importância muito grande, que é a continuidade da pesquisa para garantir a estabilidade de produção, aumento de renda e de produtividade. E com isso, então, devemos considerar a necessidade de sempre termos o avanço tecnológico, procurando fortalecer as ações de pesquisa dentro das diferentes áreas convencionais de pesquisa; mas também não nos descuidando dessas ferramentas poderosas que hoje estão sendo disponibilizadas, que através da biotecnologia de ponta, onde, através da transformação de determinadas plantas, no caso falando especificamente na soja, podemos dar maior agregação de valor, tanto em termos de renda ao produtor, como agregação genética ou parâmetros fisiológicos e bioquímicos, que irão garantir maior produtividade e, conseqüentemente, maior renda ao setor produtivo.

Com isso, temos condições de incorporar determinados aminoácidos que normalmente não estão presentes na cultura, garantir um aumento de proteína, garantir a modificação na composição de determinados óleos que compõem o óleo de soja; temos condições de inferir maior tolerância a condições de estresse ambiental, através da transformação dessas plantas, como temos também a capacidade de desenvolver cultivares de soja com maior resistência a insetos, através também da transformação; temos condições de garantir a resistência a determinados grupos de herbicidas, produzindo cultivares altamente efetivos e com isso demonstrando, então, que a biotecnologia é uma ferramenta extremamente importante para o desenvolvimento de conhecimento, tecnologia e acima de tudo disponibilização ao setor produtivo, desde que através de controles efetivos, garantindo que esses novos produtos não tenham impacto ambiental negativo ou problemas relacionados com a saúde pública e possam ser consumidos com segurança pela sociedade.

Então, devemos considerar que, através dessas ações de pesquisa, utilizando a biotecnologia de ponta como importante instrumento, vamos ter condições de, através de transformações nessas plantas, chamadas normalmente de organismos geneticamente modificados ou

produtos transgênicos, garantirmos a disponibilização e conseqüentemente alternativas que infiram maior competitividade, agregação de renda ao produtor e maiores condições de desenvolvimento, não apenas ao Estado do Paraná, mas como todo o país.

O nosso muito obrigado a todos! Estamos realmente honrados por termos sido distinguidos com essa homenagem pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e o nosso presidente, o Dr. Cleiton Campagnola, nos pediu que manifestássemos em seu nome, os agradecimentos da Embrapa como um todo, pelo reconhecimento do Estado do Paraná e da sua comunidade pela contribuição efetiva que a Embrapa tem dado nos seus trinta anos de trabalho, através das suas diferentes unidades. E, em nome da Embrapa-Soja e do seu corpo de empregados, queremos agradecer também essa homenagem, distinguindo os vinte e oito anos de existência dessa unidade e o seu comprometimento, durante todo o período, para o desenvolvimento do Estado do Paraná como o Estado que abrigou este centro no momento da sua implantação, e que sempre fazemos questão de enfatizar, de uma forma fraterna com o Iapar - o Instituto de Pesquisas Agronômicas do Paraná, com o qual dividimos uma série de parcerias que consideramos extremamente importantes para o desenvolvimento do Estado.

Então, neste momento, reforçamos os nossos agradecimentos à Assembléia Legislativa, e saímos daqui realmente com honra e orgulho por este reconhecimento manifestado pelos trabalhos da Embrapa e de suas unidades.

Muito obrigado a todos os senhores.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Esta Presidência concede a palavra ao nosso secretário da Agricultura e vice-governador, nosso amigo deputado Orlando Pessuti, para que possa fazer a sua saudação, em nome do Estado do Paraná, à nossa empresa homenageada, a Embrapa.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Estimado amigo, deputado Augustinho Zucchi, presidente desta Sessão Solene; estimado amigo deputado Luiz Nishimori, primeiro secretário desta Sessão; estimada amiga deputada Luciana Rafagnin, segunda secretária; estimado amigo, companheiro, Dr. Caio Vidor, presidente da Embrapa-Soja - satisfação em revê-los - senhores deputados, senhoras deputadas, prezados amigos que estão neste recinto.

Quero dizer da satisfação que tenho - e até me atrasei um pouco para chegar aqui, porque estava no Palácio transmitindo o governo do Estado do governador Roberto Requião, que retornou de viagem ontem à noite e hoje de manhã nos reunimos para, evidentemente, os ajustes necessários que tínhamos que fazer com ele, após esta ausência de dez dias à frente do Governo do Paraná. Mas

disse a ele que precisava vir aqui, interrompemos a nossa reunião e vim, porque queria cumprimentar não só o Caio Vidor, da Embrapa-Soja, mas todos os que integram esta corporação, esta empresa de pesquisa agropecuária, que é da maior importância para o nosso país, mas cumprimentar aos deputados, cumprimentar a todos os demais que, no dia-a-dia, com parcerias com a Embrapa constroem o progresso desse Estado e deste país e do mundo.

Poderíamos dizer, através de trabalhos-parceiros que desenvolve, como é o caso da nossa empresa Emater, aqui representada pelo Dr. Eliel, como é o caso da nossa empresa Clasper, representada pelo Dr. Augustinho, que são empresas parceiras e irmãs do trabalho que faz a Embrapa no Estado do Paraná, a exemplo do parceiro maior, com toda a certeza, o Instituto Agrônomo do Paraná - o Iapar, que junto com a Embrapa, junto com o Codetec, aqui representado pelo companheiro Guntolph, da Ocepar e do Codetec, são aqueles que promovem a pesquisa agropecuária que nos oferecem, evidentemente, os subsídios, as informações para que a gente possa realmente ir adiante na produção, não só da soja, mas dos nossos produtos agropecuários como um todo.

Se você for olhar na agricultura, lá está a Embrapa pesquisando, junto com o Iapar, junto com o Codetec, junto com as fundações, como é o caso dos nossos produtores de semente, da Fundação Meridional, da Fundação ABC, aqui perto de nós, na região de Castrolanda, enfim, por este Brasil afora, a Embrapa está presente e com ela uma rede de instituições estaduais, cooperativas e privadas, buscando aprimorar a qualidade das nossas sementes, dos nossos produtos e também dos nossos animais, porque a Embrapa, a exemplo das nossas outras instituições de pesquisa não se limita apenas a pesquisar o café, a laranja, o algodão, o arroz, o trigo, mas vai adiante da pesquisa também daquilo que interessa saber sobre os nossos animais.

Por isso, esses 30 anos de existência da Embrapa devem, sim, ser comemorados; esses 28 anos da Embrapa-Soja devem ser comemorados e por isso cumprimento ao deputado José Maria Ferreira e ao conjunto de parlamentares, por esta Sessão Especial da Assembléia Legislativa, que vem, na sequência de outras tantas que já foram aqui realizadas. Uma delas recentemente também destacando a importância do trabalho do Iapar na pesquisa Agropecuária do Paraná.

Eu, que tenho estado acompanhando isso bem de perto, praticamente desde o começo, porque se tenho 50 anos de vida todo ele vivido em função do setor produtivo rural, tenho, de formação na Medicina Veterinária 25 anos, se somarmos mais os 4 anos e meio de faculdade, chegaremos aí a 29 anos e meio, então a minha idade ligada à ciência agrária tem basicamente a mesma idade de existência da Embrapa. Então, esses 30 anos de Embrapa os meus 29 anos e meio diretamente ligados ao setor de ensino, ao setor de pesquisa, a minha experiência na extensão rural levando os ensinamentos produzidos pela Embrapa, pelo Iapar, pelo IAC, pelo Codec foram

realmente fundamentais para que nos vinculássemos ao ponto que estamos vinculados às instituições de pesquisas, com as nossas instituições de difusão da pesquisa, como é o caso da Extensão Rural.

Por isso fiz questão de vir aqui dizer que o Governo do Paraná, seja através do governador Roberto Requião, seja através da nossa pessoa na condição de vice-governador ou de secretário da Agricultura estamos, de ponta cabeça, vinculados com a pesquisa agropecuária, estamos de ponta cabeça com a extensão rural, com a classificação dos produtos porque entendemos que através de uma boa classificação que você pode, lá fora, conquistar mercados. Só assim poderemos evitar aquilo que ainda este ano aconteceu no Porto de Paranaguá, quando mais de 2000 vagões, quando mais de 3000 caminhões de produtos, nossos ou de outros Estados, tiveram que ser desclassificados, tiveram que ser devolvidos porque não eram compatíveis com as exigências externas. Por isso a importância de uma classificação que assegura, lá fora, a imagem daquilo que produzimos e daquilo que vendemos.

Nós estamos sim, de ponta cabeça em favor da pesquisa agropecuária e a felicidade nossa é que o presidente Lula também está demonstrando ao reaquecer, ao fortalecer a Embrapa, isso tenho sabido diretamente do Dr. Claiton Campagnolli, nosso presidente nacional da Embrapa, que a Embrapa hoje faz parte das prioridades das ações que o governo pretende desenvolver e isso estamos conferindo, no dia-a-dia, junto com o ministro Roberto Rodrigues e toda equipe do Ministério da Agricultura.

E também nos alegra saber que, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as questões ligadas à extensão rural também serão fortalecidas. Já reorganizamos a Associação das Empresas de Extensão Rural, para felicidade nossa a Asbraer é presidida pelo Sabino Campos, nosso colega deputado, hoje presidente da Emater e que, a nível nacional, coordena as ações de fortalecimento da extensão rural e isso nos dá a certeza de que vamos ter mais pesquisas, mais extensão rural em cima das exigências que o mercado, seja o mercado interno consumidor, exportador ou o mercado externo, todos eles exigindo mais qualidade. Também a questão ligada à classificação, a tipificação das carcaças, a classificação dos produtos, a certificação dos produtos terá um papel preponderante no dia-a-dia de todos nós.

Por isso em meu nome, em nome do governador Roberto Requião, em nome do Governo do Paraná, felicito a Embrapa, somos parceiros, junto com a co-irmã Embrapa-Floresta sediada aqui na Estrada da Ribeira. No último dia 12, se não me falha a memória - festejou-se também aniversário daquela unidade. Estamos construindo também uma proposta - que bom que o deputado Luciano Pizzato esteja aqui - estamos junto com a Embrapa - Floresta, com o nosso Iap, junto com a Secretaria da Agricultura e com a Emater, discutindo um projeto de florestas para o Paraná. Porque queremos preservar, sim, aquilo que tem que ser preservado, quere-

mos recuperar, como vamos recuperar, através de um amplo programa de matas ciliares, vamos retomar o programa de manejo integrado de solos e água. Vamos discutir isso, colocar na nossa agenda do dia-a-dia a questão do manejo integrado de solos e águas, que o Augustinho Zucchi, como técnico do Iap, como chefe do Núcleo da Agricultura, participou junto conosco da execução desse programa desde o governo Richa, do governo Álvaro Dias, do governo Requião e agora no governo Jaime Lerner.

Mas esse trabalho todo começa a se perder, porque infelizmente algumas pessoas estão se descuidando das práticas de manejo integrado de solos e água. Mesmo aqueles que estão no plantio direto, infelizmente alguns não estão mais permitindo sequer a existência do terraço de base larga, do terraço de base estreita. É lógico que nem se cogita num plantio direto, mas o de base larga sim. Mas mesmo que não tivesse o terraço, que se plantasse em nível, nessa prática tão importante e maravilhosa onde a Embrapa também tem uma presença significativa que é o plantio direto na palha. Alguns já estão desrespeitando o nível das águas plantando morro abaixo, morro acima e a erosão já está aparecendo.

Isso eu tenho visto quando ando por este Paraná afora. Então essas práticas de mata ciliares, manejo integrado de solos e água, dentro de um conjunto, que é o programa Paraná Biodiversidade, que terá o nosso esforço e a parceria com a Embrapa e com o Iapar para solucionarmos e equacionarmos uma outra ação positiva no Paraná, que é o zoneamento para o plantio da soja no Arenito Caiuá, que é uma fronteira que se apresenta promissora para nós nessa luta que estamos desenfreando para chegarmos ao ano que vem, a 30 milhões de toneladas de grãos, já que neste ano chegamos a 27 milhões. Para isso a parceria com a Embrapa e com o Iapar é fundamental e necessária e vamos implementá-la. Quando falamos 27 milhões de toneladas, expectativa de 30 milhões, aproveito para convidar a todos para uma grande festa que queremos fazer na cidade de Campo Mourão no dia 02 de outubro a partir das 10h00, com a presença do ministro Roberto Rodrigues, com o governador Roberto Requião, com o pessoal do Banco do Brasil, enfim, todos os nossos companheiros de cooperativas, que é a Festa do Plantio.

Normalmente fazemos a Festa da Colheita, da produção. Mas neste ano queremos fazer a Festa do Plantio. Vamos lá para, num grande momento, procurarmos estimular os paranaenses para continuarem plantando, para que possamos, no ano em que vamos completar 60 anos de existência da Secretaria da Agricultura, no último dia 18 completou 59, e no ano que vem quando completarmos 60 anos, queremos demonstrar que uma estrutura sexagenária continua firme e vigorosa, e que possamos dar esse salto de qualidade produzindo mais e chegando aos 30 milhões de toneladas, contribuindo para que, em todos os aspectos o Paraná continue sendo esse líder que é na produção de grãos e na produção da pecuária.



E quando falo na pecuária, quero também comemorar o fruto desse trabalho da Embrapa, do Iapar, dos nossos produtores, dos nossos técnicos: o Brasil no último dia 31 de julho fechou o seu balanço de exportação de carne. E pela primeira vez na sua história, colocou-se em primeiro lugar na exportação de carne bovina do mundo, superando a Austrália. Isto é tecnologia, isto é genética, isto é pesquisa, isto é classificação, isto é a presença do técnico lá, do agrônomo, do veterinário, do zootecnista, do técnico agrícola, isto é produtor consciente e governo que participa das ações.

Não tenho nenhuma dúvida de que, a continuar no caminho que estamos, com os dados que o Caio apresentou da disponibilidade que ainda temos de cerca de 50 milhões de hectares, sem necessidade de substituir outras lavouras, chegaremos já já a uma marca superior à marca dos Estados Unidos na produção de soja. Eles estão perto de 80 milhões de toneladas e nós já passamos de 50. E com esse crescimento de produtividade de 90% em 10 anos. Noventa por cento de aumento da produtividade por hectare nos últimos dez anos. Por isso que ficamos - permitam-me até e não é o momento talvez de discutirmos isso agora, já que na semana que vem é que vocês vão discutir - mas fico pensando: em cima de tantas e tantas confusões e de tantas e tantas dúvidas que pensam sobre a soja transgênica que está sendo ofertada ao plantio no Brasil, quer dizer, essa variedade da Monsanto, fico a me perguntar: será que deveremos deixar tudo isso que já temos de bom e nos endereçarmos em cima de uma situação ainda sobre a qual pesam dúvidas? Dúvidas ambientais, dúvidas sobre a saúde humana, da saúde animal, dúvidas com relação ao mercado lá fora, dúvidas se vamos nos submeter a um monopólio ou não vamos. Quer dizer, nada contra o produto transgênico como um todo. Temos aí tomates maravilhosos, uvas maravilhosas, temos produtos farmacêuticos maravilhosos. Mas apenas uma preocupação e uma precaução. Diria mais uma precaução do que uma preocupação: será que vale à pena em cima de uma possibilidade de um custo menor, que, de repente, pode não ser tão menor assim, deixarmos de lado ou abandonarmos tudo isso que já construímos?

Essa é a pergunta que fica na cabeça de todos nós. Sabemos que é praticamente inevitável que isso venha a ocorrer, é praticamente impossível hoje se proibir o plantio. Lá no Rio Grande do Sul, sabemos que por mais eficiente que sejamos na vigilância, vamos ter situações em que a semente vai estar dentro do Estado do Paraná. Mas, eu, como cidadão paranaense, e até em defesa de tudo aquilo que se fez em favor da soja convencional, fico a me perguntar: será que era hora de abriremos o nosso território para a soja transgênica e depois perdermos, quem sabe, toda uma possibilidade de conquistar um mercado favorável para a soja convencional?

Fico a me perguntar isso. Cada um de nós vai fazer o seu juízo, mas gostaríamos, realmente, de poder ficar fora disso trabalhando e promovendo aquilo que já, por

longos e longos anos, conquistamos, que é essa importância na produção da soja, na produção dos cereais.

Por isso agradeço a todos vocês e deixo o meu abraço e mais uma vez, em seu nome e a toda a Embrapa, pelos 30 anos de existência, pelos 28 da Embrapa-Soja e vamos juntos, construir parcerias maravilhosas que, tenho certeza haveremos de construir, ainda mais do que já fizemos ao longo desta história.

Muito obrigado a todos.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encerrar esta homenagem, nós, em nome da Assembléia Legislativa, agradecemos a presença de todas as autoridades e, em nome do nosso vice-governador e secretário da Agricultura, em nome do Dr. Caio Olvidor, agradecemos a toda a equipe da Embrapa, aos técnicos presentes, agradecemos ao deputado José Maria Ferreira em nome dos parlamentares desta Casa, que apresentou esta proposição e a todos aqueles que honraram e dignificaram o nosso Poder Legislativo aqui com as suas presenças nesta Sessão.

Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos à direção da Embrapa e, posteriormente, teremos a continuidade da Sessão com a votação da Ordem do Dia.

#### (**Está suspensa a Sessão**)

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está reaberta a Sessão.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede á leitura do seguinte

### **EXPEDIENTE:**

#### **Indicações:**

##### **INDICAÇÃO Nº 101/2003**

Ao Exmo. Sr. governador do Estado e secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social:

Os deputados abaixo-assinados dirigem-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - construção de sede própria para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Reserva-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ARTAGÃO JÚNIOR, JOCELITO CANTO, ANTONIO ANIBELLI e ALEXANDRE CURI.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A APAE de Reserva é uma sociedade civil, de caráter cultural, assistencial e educacional sem fins lucra-

tivos, que tem por objetivo promover medidas que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, promover e/ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção de formas de deficiências, entre outras atividades para a melhor convivência com pessoas especiais e seus familiares.

Porém, convive com a frequente falta de recursos para fazer frente às muitas obrigações financeiras e entre elas o pagamento de aluguel mensal, que acaba por fazer escoar recursos fundamentais para a execução das metas de atendimento previstas.

Pelas razões expostas e em face de tal solicitação ser fruto de aspiração de toda a comunidade do município de Reserva, justifica-se o atendimento da presente reivindicação.

#### INDICAÇÃO Nº 102/2003

Ao Exmo. Sr. governador do Estado:

O deputado Nelson Justus dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - quando o município de Arapuã foi criado, desmembrado do município de Ivaiporã, herdou um trecho da Rodovia Antonio Frederico Kürten que é a única via de acesso à municipalidade.

2 - A situação de conservação da referida rodovia é bastante precária, apesar do esforço da Prefeitura de Arapuã, que já realizou várias operações tapa-buraco, que resolveram temporariamente o problema.

3 - A agricultura de ponta com uma alta produção agrícola, que é escoada na sua totalidade pela referida rodovia, acelerando ainda mais o seu deterioramento.

4 - Sendo assim, reivindicamos a transferência dos 8 quilômetros da rodovia para a responsabilidade do Estado, proporcionando um desafogo na já combalida situação financeira do município de Arapuã.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) NELSON JUSTUS

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Nilo Merhet, ocorrido no último dia 22 p.p., na cidade de Laranjeiras do Sul/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra Inês Marcante Merht, enviando correspondência à Rua XIV de Julho, 630, CEP.: 85.304-000 - Laranjeiras do Sul/PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Nilo Merhet, residia há muitos anos em Laranjeiras do Sul, tornando-se uma pessoa querida no município.

Empreendedor, homem destacado, ficou conhecido em toda a região por desenvolver atividade no ramo de cereais através da Cerealista Nilo Merhet e Cia. Ltda., proporcionando significativa contribuição para o desenvolvimento econômico da Cantuquiriguaçu.

Seu passamento deixa consternada toda a população pela irreparável perda.

#### REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, REQUER a concessão de prazo suplementar de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo de trinta dias é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, visto que a mesma está analisando todas as denúncias, apurando a fundo todos os documentos enviados.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2149

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM o encaminhamento às Comissões da Saúde e da Educação, o Projeto de Lei nº 301/2003, item 28 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI

JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUEREM que a Sessão Plenária do dia 20 de outubro próximo seja destinada para a realização da Sessão Solene que outorga o título de Cidadão Honorário ao Sr. Francisco de Assis Lemos de Souza.

Nestes termos, pedem deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(aa) BARBOSA NETO

ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 2142

Senhor Presidente:

O deputado estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar o registro nos Anais da Plenária do dia de hoje, das felicitações especiais deste Poder ao Sr. Lotário Loh-

mann por sua eleição a presidência da Federação de Apicultura do Estado do Paraná, no último dia 20 de setembro, na cidade de Marechal Cândido Rondon; como também os augúrios deste Parlamento Estadual de uma gestão profícua e de largo sucesso nesse período de presidência da federação; cujos votos são integralmente extensivos aos demais membros do corpo diretivo eleito da entidade.

Caso aprovada a presente proposição, o deputado proponente solicita seja dada ciência da mesma ao Sr. Lotário Lohmann, Rua D. João VI, 915 - fundos - CEP.: 85960-000 Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente:

O deputado estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar o registro nos Anais da Plenária do dia de hoje, das felicitações especiais deste Poder ao Sr. Alaor Bressan, por sua reeleição à presidência da Associação Municipal de Sui-nocultores de Marechal Cândido Rondon, no último dia 20 de setembro, na cidade de Entre Rios do Oeste; como também os augúrios deste Parlamento Estadual de uma gestão profícua e de largo sucesso nesse período de presidência da AMS-MCR, cujos votos são integralmente extensivos aos demais membros do corpo diretivo eleito da Associação.

Caso aprovada a presente proposição, o deputado proponente solicita seja dada ciência da mesma ao Sr. Alaor Bressan, Linha Ouro Verde, distrito de Iguiporã; CEP.: 85960-000 Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviada correspondência ao DER, solicitando a urgente construção de lombadas na Rodovia PR-160, km 158, Bairro Taboão, município de Curiúva, tendo em vista o movimento intenso de veículos na região, colocando em risco a vida dos transeuntes que transitam na região.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual

governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2144

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, providências da Presidência desta Assembléia Legislativa quanto a instalação de painel eletrônico para registro dos votos dos senhores deputados desta Casa.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) JOCELITO CANTO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 569/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Criança Feliz, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Criança Feliz, fundada em 12.10.1997, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter beneficente, educativa, cultural, de assistência social, com sede à Rua Maria José, 96, na cidade de Conselheiro Mairinck e foro na comarca de Ibaiti.

Tem por finalidade a promoção humana, com assistência às crianças pobres e desamparadas, proporcionando-lhes meios de elevação social.

Encontra-se registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da comarca de Ibaiti, sob o nº 536 do livro A/03, fls. 006, em data de 02/12/1997. É declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei 254/2003, de 15 de agosto de 2003. Seus diretores não são remunerados.

Estando sua documentação em conformidade com as normas legais, solicitamos dos nobres deputados sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 570/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG Artesãos Mãos de Ouro de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a ONG Artesãos Mãos de Ouro, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento da região do município de Londrina, apoiando a atividade dos artesãos, bem como desenvolvendo atividades de integração social. Importante salientar que a entidade apóia atividades culturais e artísticas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 571/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Reserva, com sede e foro na cidade de Reserva, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação Cristã beneficente de Reserva, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento da região do município de Reserva, protegendo e dando assistência às famílias desamparadas, velando pelo bem-estar social. Importante salientar que a Associação promove estudos sobre problemas de assistência social visando encontrar soluções para resolvê-los.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a assistência médica e remédios aos menos favorecidos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 572/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas e projetos que objetivem o desenvolvimento dos princípios, métodos e práticas da agricultura ecológica no ambiente da agricultura familiar, bem como promova mecanismos de controle de resíduos tóxicos nas

principais cadeias agroalimentares responsáveis pelo abastecimento da população paranaense.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo Estadual de Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II - dotações orçamentárias da União e dos municípios;

III - produto da taxa de 1% (um por cento) sobre o valor dos agrotóxicos comercializados para fins agropecuários/florestais a serem recolhidos pelo comércio varejista destes gêneros;

IV - rendimento de qualquer natureza derivado de aplicação de seu patrimônio;

V - receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VI - outras receitas eventuais que lhe forem destinadas por lei, regulamento, acordo ou convenção.

Parágrafo Único - Para efeitos da presente lei consideram-se agrotóxicos e afins, os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento, beneficiamento de produtos agropecuários e florestais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna contra agentes considerados nocivos à mesma. Definem-se como herbicidas, pesticidas, fungicidas, inseticidas, formicidas, acaricidas e congêneres.

Art. 3º - Os recursos carregados ao Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, deverão ser aplicados através de órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios, bem como de entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com aqueles estabelecidos no artigo 1º.

Art. 4º - Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros do Faesa em planos, programas ou projetos relativos ao: resgate da agrobiodiversidade adaptada aos ecossistemas naturais do Estado, promoção da produção de alimentos ecológicos, estratégias de comercialização solidárias, abastecimento popular de alimentos ecológicos para mercados internos, controle e monitoramento da qualidade na cadeia agroalimentar, educação, alimentar, desenvolvimento institucional, pesquisa em agroecologia, desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao tema.

Art. 5º - As prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 6º - O Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, será administrado pela SEAB.

Art. 7º - A gestão será feita pelo Conselho Estadual Gestor do Faesa (CEG-Faesa) criado por este mesmo projeto de lei, composto de forma paritária por 5 (cinco) representantes do governo do Estado e 5 (cinco) organizações da sociedade civil ligadas a agricultura ecológica.

Art. 8º - Além das finalidades elencadas no artigo 4º da presente lei, o CEG-Faesa poderá promover com recursos próprios, campanhas institucionais de incentivo a produção e consumo de produtos agrícolas ecologicamente cultivados, bem como daquelas que visem conscientizar os agricultores e consumidores dos riscos e perigos que os agrotóxicos oferecem à saúde humana e ao meio ambiente.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### JUSTIFICATIVA:

Na história da civilização, a primeira questão que qualquer comunidade tem que enfrentar é a garantia de abastecimento alimentar e de sua qualidade para o consumo, como bem comum primordial e básico dos povos. Neste sentido, que expomos o conceito de soberania alimentar conjuntamente com o princípio da agricultura ecológica, como “um direito fundamental” dos povos em definir e realizar sua própria política agrícola e alimentar independente de intervenções e interesses externos.

A nível mundial a questão ambiental e alimentar tem provocado a mobilização de segmentos da sociedade contra utilização indiscriminada e inconseqüente de agrotóxicos e organismos transgênicos no cultivo de gêneros agrícolas e seu terrível impacto na forma de resíduo tóxicos na saúde humana e no meio ambiente. Essa preocupação tem apontado para percepção de outras dimensões relacionadas ao ato de consumir: como a perda do controle sobre o patrimônio agroalimentar dos povos, e a conseqüente mudança nos seus hábitos alimentares tradicionais.

Recentemente, países europeus intensificam as discussões com relação aos problemas relacionados à doença da Vaca Louca, presença de Dioxinas na água e nos alimentos, a invasão dos organismos geneticamente modificados na dieta alimentar sem direito de escolha. Fazendo um contra-ponto, a quase totalidade dos países membros da Comunidade Européia tem avançado na proposição de políticas voltadas para o cultivo de alimentos orgânicos, visando a preservação dos solos e da água e, sobretudo, do bem-estar alimentar e nutricional de suas populações, o resultado dessas orientações tem se verificado no aumento da demanda por gêneros agrícolas assim cultivados.

No Brasil, o Estado do Paraná tem alcançado nos últimos anos recordes nacionais na produção de grãos. Por outro lado, esta condição exitosa nos colocou como segundo Estado da Federação no consumo de agrotóxicos, perdendo apenas para o Estado de São Paulo. Segundo cifras extra-oficiais apresentadas no sítio da Andef (Associação Nacional dos Fabricantes de Defensivos Agrícolas) são comercializados no Paraná em torno de um bilhão de reais em agrotóxicos afins e a cada ano. Dessa informação, pode-se imaginar uma maior probabilidade de contaminação ambiental e alimentar no Estado. Segundo dados da SEAB-PR, em 1998, houve 621 casos de intoxicação registrados, que resultaram em 58 mortes. Sabe-se, porém, que é provável que este número represente apenas 2% dos casos diagnosticados, uma vez que os sintomas são confundidos e os efeitos causadores do óbito se manifestam a médio e longo prazo, no que chama-se de intoxicação crônica ou cumulativa.

Este quadro aponta para a urgência em criar mecanismos capazes de mitigar e reverter os prováveis impactos na área da agricultura e da saúde pública, a partir da promoção e fomento a alternativas, bem como ao controle e monitoramento da qualidade alimentar e nutricional da população paranaense.

O projeto que cria o Fundo Estadual da Agricultura Ecológica e Soberania Alimentar - Faesa, propõe ser o instrumento dessa promoção, constituindo-se através de recursos oriundos da tributação (taxação) em um percentual de 1% no valor das vendas de agrotóxicos e afins de uso agrícola/florestal no Estado. Essa condição poderá auferir recursos suficientes para viabilizar e consolidar iniciativas na produção ecológica e sua comercialização de forma massificada, principalmente no segmento dos agricultores familiares e populações de baixa renda.

Ao mesmo tempo esses recursos viabilizariam campanhas de esclarecimentos sobre os riscos da alimentação contaminada e os efeitos na saúde humana, resultante da pesquisa e monitoramento de resíduos tóxicos nos alimentos proporcionados pelo Fundo, gerando informações capazes de animar debates, palestras, discussões e seminários que incentivem a população a compreender as dimensões do seu ato de consumir, e sobretudo, oferecer a opção acessível e popular ao consumo de gêneros orgânicos e conseqüentemente viabilizando sua comercialização por agricultores via feiras populares, já que a comercialização é um dos grandes nós na cadeia produtiva da agricultura orgânica que inibem o desenvolvimento da agricultura familiar ecológica em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 573/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica obrigado o Governo do Estado, através do Departamento Estadual de Trânsito, a fornecer

gratuitamente a pessoas de baixa renda a Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º - Somente poderão beneficiar-se desta lei as pessoas que comprovarem renda igual ou inferior a um (01) salário-mínimo.

Art. 2º - As pessoas que se enquadrarem no parágrafo 1º do artigo 1º terão isenção de todas as taxas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 3º - O governo do Estado fica obrigado a oferecer gratuitamente aulas práticas e teóricas para qualificar as pessoas beneficiadas pelo parágrafo 1º do artigo 1º.

§ 1º - O governo do Estado poderá realizar convênios com Centros de Formação de Condutores para atender as pessoas beneficiadas por esta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa auxiliar as pessoas de menor poder aquisitivo que necessitam da Carteira Nacional de Habilitação para terem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Destacamos ainda a alta relevância social deste projeto de lei, pois objetiva atenuar a situação de pessoas que recebem até um (01) salário-mínimo. É importante frisar que essas pessoas lutam diariamente contra a escassez de empregos e salários defasados e com esse projeto de lei ficarão livres das despesas elevadas para aquisição da Carteira Nacional de Habilitação.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

#### PROJETO DE LEI Nº 574/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido que a taxa de inscrição em concurso público realizado pela Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do Estado corresponderá a um por cento do valor do vencimento do cargo objeto do concurso.

Parágrafo Único - O valor da taxa de inscrição poderá ser arredondado, para mais ou para menos, a fim de agilizar e facilitar o processo de pagamento e recebimento.

Art. 2º - Para os concursos públicos destinados ao preenchimento de vagas nos cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Operacional não será cobrada taxa dos inscritos.

Parágrafo Único - A isenção de que trata este artigo se aplica também ao candidato desempregado, desde que este comprove tal situação mediante a apresentação da Carteira de Trabalho no ato de inscrição.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) ELZA CORREIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no artigo 37, I, e a Constituição Estadual, no artigo 27, I, determinam que os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

Ocorre que, muitas vezes, as pessoas pertencentes às classes sociais menos favorecidas acabam não tendo acesso aos concursos públicos que são realizados pela absoluta falta de recursos para o pagamento da taxa de inscrição.

O presente projeto tem por finalidade, portanto, dar efetividade aos preceitos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, que asseguram a todos que preenchem os requisitos legais o direito de participar dos concursos públicos.

#### PROJETO DE LEI Nº 575/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóvel de sua propriedade, situado no município de Três Barras do Paraná, quadra de terreno urbano sob nº 7 (sete) do Loteamento Três Barras, medindo 7.120,00 m2, com matrícula nº 30.222, registrado no Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será, exclusivamente, utilizado para instalação da Escola Municipal Carlos Gomes, não podendo ter destinação diversa sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem iniciativa de doar ao município de Três Barras do Paraná, imóvel de propriedade do Estado, onde já encontra-se instalada a Escola

Municipal Carlos Gomes, que foi municipalizada e o terreno com o imóvel ainda estão em posse do Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 576/2003  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã, até a BR-466.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Quando o município de Arapuã foi criado, desmembrado do município de Ivaiporã, herdou um trecho da Rodovia Antonio Frederico Kürten que é a única via de acesso à municipalidade, sendo que outro trecho situa-se no município de Ivaiporã.

A situação de conservação da referida rodovia é bastante precária apesar do esforço da Prefeitura de Arapuã, que já realizou várias operações tapa-buraco, que resolverem temporariamente o problema.

A agricultura de conta com uma alta produção agrícola, que é escoada na sua totalidade pela referida rodovia, acelerando ainda mais o seu deterioramento.

Sendo assim, reivindicamos a transferência dos 8 km da Rodovia para a responsabilidade do Estado, proporcionando um desafogo na já combalida situação financeira do município de Arapuã.

PROJETO DE LEI Nº 577/2003  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento da taxa estadual, relativa à emissão e/ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, os taxistas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A isenção instituída abrange o pagamento de quaisquer exames médicos exigidos pelas autoridades competentes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.2003

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os taxistas têm que honrar os pagamentos de diversos tributos necessários à sua regularização, despe-

sas com seguro obrigatório, IPVA, seguro contra terceiros, taxa de renovação da carteira de habilitação e outras.

Solicito o apoio aos nobres pares desta Casa de Leis para a aprovação do referido projeto de lei que virá minimizar a carga de tributos e despesas desta classe trabalhadora que presta um excelente trabalho em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP.

(**Declinam**)

No Horário do PFL concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna para cobrar do Governo do Estado do Paraná o compromisso que, no dia da posse o governador Roberto Requião fez. Que não haveria mais necessidade de encaminhar, via Assembléia Legislativa, requerimentos pedindo informações, junto às Secretarias, de ações de cada Secretaria e do Governo do Estado do Paraná. Porque em cinco dias as respostas estariam nas mãos dos deputados sobre qualquer informação que os deputados quizessem saber.

Encaminhei, no mês de agosto, perguntando ao senhor governador e ao secretário do Trabalho com relação ao leite das crianças dos Campos Gerais. Promessa de campanha do governador que, através do discurso, meios de comunicação, durante o período eleitoral conseguiu envolver as pessoas mais humildes do nosso Estado. Todas viram seus filhos carentes, que estudam nas escolas públicas recebendo um litro de leite para poder sustentá-los.

Promessa até agora não cumprida. E esse requerimento já tem 30 dias e até agora sem resposta nenhuma.

Até agora o leite não chegou e as autoridades competentes não responderam o meu requerimento.

No dia 15 de setembro tivemos o aniversário da nossa cidade de Ponta Grossa. Cento e oitenta anos de idade. E, dias antes, uma ampla discussão se fez nesta Casa sobre a questão da mortalidade de pessoas da nossa cidade e nos nossos municípios dos Campos Gerais. Sabem por quê? Por falta dos leitos de UTI. Tivemos uma discussão calorosa com o deputado Jocelito Canto, que é representante dos Campos Gerais e da cidade de Ponta Grossa, quanto a implantação dos leitos de UTI, que haviam sido prometidos para o dia 1º de setembro pelo Governo do Estado do Paraná.

Uma discussão toda voltada para buscar solução dos problemas de saúde de Ponta Grossa e Campos Gerais. Tanto do meu lado, quanto do lado do deputado Jocelito Canto. A preocupação trouxe à tona àquela discussão. E o deputado Jocelito Canto deixou claro que havia buscado informação que, no dia do aniversário da

cidade os leitos de UTI que estavam sendo implantados entrariam em funcionamento e sendo inaugurados. O que aconteceu? No dia 15 de setembro, dia do aniversário, a cidade de Ponta Grossa, pelas mãos do secretário da Saúde e do prefeito de Ponta Grossa recebeu a implantação dos dez leitos. Estão lá, com inauguração, com foro na primeira página dos jornais, como se o problema tivesse sido resolvido.

O que aconteceu?

Hoje estamos no nono dia após a inauguração dos leitos de UTI que foram implantados em um dos hospitais da nossa cidade. Pasmem: a vigilância sanitária foi fazer um laudo e deu a posição de que os leitos não poderiam funcionar. Foi inaugurado o que não poderia ser inaugurado! Foi inaugurado e anunciado que estaria entrando em funcionamento dez leitos de UTI's para as pessoas serem atendidas pelo SUS e o que aconteceu? Até hoje continuam morrendo as pessoas na cidade de Ponta Grossa e os leitos de UTI não estão funcionando!

Briga! Briga do Poder Público Estadual, da Prefeitura Municipal! É o empresário, dono do hospital que investiu com recursos próprios na casa dos oitocentos mil reais e o entendimento não acontece e a população continua morrendo, a promessa foi feita, a inauguração está nos jornais, anunciada nos meios de comunicação e perde quem? A nossa cidade.

Deixo aqui o alerta ao nosso governador: que aquilo que foi inaugurado na cidade de Ponta Grossa não existe! A festa que fizeram lá é mentirosa, porque continua morrendo pessoas por falta de UTI's na nossa cidade! Aqueles que apareceram na foto no dia da inauguração com certeza não sabem, ou melhor, não têm a informação de que tudo aquilo que lá fizeram não está funcionando!

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PSDB, PDT, PP, PMDB.

(**Declinam**)

O SR. BARBOSA NETO

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença do futuro prefeito da cidade de Sertaneja, Samuel Prado, presidente do PDT, juntamente com os vereadores do PMDB, o Cuca e também o José Vanderlei Sudério.

Muito obrigado! Muito nos honra a presença de V. Sas. em nossa Casa de Leis!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado, nós recebemos com muita alegria os nossos visitantes!

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do Governo.

(**Declina**)

Consulto a Liderança da Oposição.

Com a palavra o senhor deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhores deputados.

Só gostaria de lembrar hoje, um fato que nós manifestamos por inúmeras vezes nessas últimas Sessões, desta tribuna, aqui da Plenária, alguns debates surgiram, deputado Fernando Ribas Carli é um dos deputados que tem participado e muito sobre a questão do presídio federal que se pretende construir no Estado do Paraná, mais precisamente na cidade de Cascavel.

Para nossa felicidade, hoje, toda a imprensa do Oeste do Estado, mais precisamente da cidade de Cascavel, está noticiando oficialmente que o prefeito Edgar Bueno, que já foi nosso colega aqui na Assembléia Legislativa, um prefeito arrojado do Oeste do Estado, decidiu que não mais vai doar a área para construção da penitenciária federal no município de Cascavel. Lógico que nós entendemos que agora depende do governador do Estado, se ele quiser doar a área ele pode doá-la ou o próprio Governo Federal, mas por parte do município de Cascavel não mais será doada essa área. Declarou o prefeito Edgar Bueno, na reunião que houve ontem na Prefeitura, que diante das manifestações das entidades da sociedade organizada daquele município ele atende ao apelo da sua comunidade e não mais cede aquela área.

Eu, como deputado do Oeste do Paraná, quero fazer referência e um agradecimento todo especial ao prefeito Edgar Bueno pela visão que teve em não ceder essa área e atendendo assim os desejos e os reclamos dessa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 101/2003, de autoria dos deputados Hermas Brandão, Jocelito Canto, Plauto Miró Guimarães, Antonio Anibelli, Artagão Júnior e Alexandre Curi, constante do expediente. **À Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação.**

Indicação nº 102/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente, propondo a estadualização da Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466. **À Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação.**

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de lei de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Questão de ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados, a minha questão de ordem vai em direção ao item 28 da pauta do dia de hoje, projeto em 1ª discussão do ilustre deputado José Maria Ferreira. Solicito a retirada de pauta, senhor presidente, em função do referido projeto não ter passado nas comissões específicas. Ou seja: Comissão de Saúde e de Educação, tendo em vista que a matéria versa sobre assunto de saúde e de educação.

É esta a minha questão de ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que encaminhe requerimento escrito à Mesa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Já está sendo encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

E no momento em que discutiremos o item 28 que V. Exa. se refere nós discutiremos o seu requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Assino o requerimento junto com o deputado Carli, porque realmente deve passar pelas comissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados.

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 327/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, fica declarada de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 327/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município de São João do Triunfo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 420/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).**

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 431/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor deputado Nivaldo Passos Krüger. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2003, de 12/08/2003).**

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está inscrito.

## ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 434/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2003, de 13/08/2003).**

## ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 441/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Médio Oeste do Paraná - AMA, com sede e foro no município de Assis

Chateaubriand. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2003, de 81/08/2003).**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 458/2003, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ACINE - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e de Pessoas Físicas, Dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e região, com sede e foro no município de Nova Esperança. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003).**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que corrige a sigla UFIRS do artigo 5º da Lei nº 13.985, de 30 de dezembro de 2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui o Dia Estadual dos Surdos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que institui a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador no Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APRO-

VADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Movimento Amor Exigente, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Obra de Assistência Social Papa João XXIII, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiro e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Federação Regional de Pais Presidentes de APM's e APP's de Escolas Estaduais e Municipais de Campo Mourão e Região Jurisdicionadas - FERACAM, com sede e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense CISAMUSEP, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a patrocinar o transporte escolar do ensino funcional e médio das escolas públicas estaduais, conforme condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade

Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a ASR - Associação de Senhoras de Rotarianos de Planalto, com sede e foro na Comarca de Capanema. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos e Hipertensos do Bairro Itaipu, com sede e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Rurais de Chopinzinho - AMR, com sede e foro no município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná - AGROPAR, no município de Palotina, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cidadãos da Vila Isabel - ASSOBEL, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14.055 de 27 de maio de 2003. (Balsas e Ferry-Boat). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Waldir Leite, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 492/2003

Fica acrescido artigo 2º, ao Projeto de Lei nº 492/2003, renumerando o atual artigo 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º - O parágrafo único da Lei nº 14.055, de 27 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Ficam excluídos da presente lei, as carretas e caminhões transportadores cuja mercadoria tenha sido produzida ou originada nos municípios do litoral e que tenha destino final ou origem de frete nos municípios do litoral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.2003.

(a) WALDIR LEITE

Apoioamento:

Arlete Caramês, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 25

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina João Leandro Barbosa o trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR-082. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG SOS Cultura, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26/02/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental SOS Cultura, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 066/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental SOS Cultural, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Lar Comunitário dos Velhinhos - LCV, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26/02/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 072/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Lar Comunitário dos Velhinhos - LCV, com sede no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/05/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 301/2003

#### P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 302/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação, na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, na forma que especifica.

## Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso IX, é competência concorrente dos Estados e da União legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto, podendo o Estado legislar suplementarmente:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

*omissis*

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

*omissis*

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados;

§ 4º - A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispendo sobre a matéria em seu artigo 9º, parágrafo 3º complementou aduzindo:

“Art. 9º - A União incubir-se-á de:

*omissis*

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 3º - As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.”

Desta forma, possui o Estado competência para legislar sobre a matéria, bem como a Assembléia Legislativa nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

*omissis*

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;

*omissis*

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 19.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2149, de autoria dos senhores deputados Fernando Ribas Carli e

José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando o encaminhamento do referido projeto às Comissões da Saúde e da Educação. **Aprovado.**

**Portanto, o projeto retorna às Comissões citadas no requerimento.**

#### ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que proíbe as instituições de ensino fundamental, médio e superior, de impedir a formatura e de não expedir o diploma de alunos inadimplentes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27/03/2003)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 305/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, proíbe as Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior, de impedir a formatura e de não expedir o diploma de alunos inadimplentes.

Com relação à matéria há a Medida Provisória 9870, de 23 de novembro de 1999, que em seu artigo 6º estabelece:

“São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os artigos 177 e 1092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias”.

As escolas privadas, enquanto empresas prestadoras de serviços, dispõem de diversos instrumentos para exigir o adimplemento das obrigações por parte dos contratantes. O que não se pode é privar os cidadãos do acesso à educação.

A Constituição Federal em seu artigo 24 estabelece:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso, à cultura, à educação e à ciência.”

Da interpretação sistemática dos dispositivos supra conclui-se que é competência do Estado legislar sobre a matéria sob análise.

O autor não pretende legislar sobre matéria contratual, pois essa é competência da União. A iniciativa do parlamentar, nesse caso, limita-se a assegurar o direito à educação.

Por todas as razões supra, é competência do Estado legislar sobre a matéria e o parlamentar tem legitimidade para apresentar a proposição.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos deputados estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI Nº 305/2003

##### P A R E C E R :

##### Relatório:

O presente Projeto de Lei nº 305/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, proíbe as Instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior, de impedir a formatura e de não expedir o diploma de alunos inadimplentes.

##### Fundamentação

O presente projeto de lei do ilustre deputado, cumpre a função legislativa que é elaborar leis que garantam o direito e defendam o cidadão contra o abuso do poder econômico garantindo e oportunizando a defesa e flexibilidade diante de instituições com contratos rígidos. Estamos diante de uma demanda social crescente dentro das entidades privadas em face ao momento em que o país atravessa. Chamada esta Comissão a se pronunciar sobre o projeto de lei, a mesma é de parecer favorável à iniciativa do nobre deputado Mauro Moraes.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.09.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 9959, de 29 de abril de 1992, que criou o município de Quarto Centenário. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 391/2003

##### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 391/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a redação da Lei nº 9959, de 29 de abril de 1992, que criou o município de Quarto Centenário.

##### Fundamentação

Em verdade, o projeto de lei modifica apenas a grafia do nome do referido município, transformando de 4º Centenário para Quarto Centenário.

Desta forma, o projeto não apresenta óbice legal ou constitucional.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2131, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2132, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2137, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2138, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2141, de autoria do deputado Barbosa Neto e da senhora deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2142 a 2143, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2144, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 008, 332 e 420/2003 e da Indicação nº 050/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 066, 072, 305 e 391/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 077, 117, 118, 150, 175, 204, 253, 276, 287, 300, 309 e 345/2003.

Levanta-se a Sessão.

**Atos da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

PORTARIA Nº 56/2003

Colocar à disposição da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a servidora deste Poder Legislativo,

SANDRA MARIA MARSCHALL ROMANELLI, matrícula nº 5891, até 31 de dezembro de 2003, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 7482/2003)

PORTARIA Nº 57/2003

Colocar à disposição da Universidade Federal do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, Dr. HAROLDO ANDRADE DE OLIVEIRA, matrícula nº 5122, para prestar serviços junto ao Departamento de Cirurgia do Hospital de Clínicas dessa Universidade, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 7602/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.09.2003.

(a) ABIB MIGUEL

**Atas de Comissões:**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, no Plenarinho da Assembleia, às 09:00 horas, foi realizada Audiência Pública sobre o transporte escolar da rede Pública de Ensino. Sob a presidência do senhor deputado Tadeu Veneri e contando com as presenças na mesa dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Elio Rusch, Chico Noroeste, Ademar Bier, André Vargas, Padre Paulo e José Mária Ferreira e dos senhores deputados membros da Comissão, Alexandre Curi, Francisco Bühner e Barbosa Neto. Contando também com a presença do Secretário de Estado da Educação, senhor Maurício Requião, das servidoras do Ministério Público, senhoras Rosemeire de Souza Charello e Zoraide Piemonte de Oliveira, dos representantes do Tribunal de Contas do Estado, senhora Eliane Senhorinho, senhor Sérgio Schemin, da diretora de Contas Municipais e do técnico de Controle do tribunal de Contas, senhora Jussara Borba Gusso e senhor José de Almeida Rosa, respectivamente, do presidente da Associação dos Municípios do Paraná - AMP e prefeito do município de Barracão, senhor Juarez Lima Henrichs, da presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais a Educação do Paraná - UNDIME, senhora Ivanild Kühl Fernandes, do presidente do Conselho de Educação da Associação dos municípios do Paraná e prefeito do município de Medianeira, senhor Luiz Suzuke. O senhor presidente deu início à Sessão agradecendo a presença de todos e em seguida teceu comentário sobre o objetivo desta reunião. Logo após passou a palavra ao senhor Juarez Lima Henrichs. Na sequência, os senhores deputados e participantes da Mesa também fizeram uso da palavra. Para encerrar, o senhor presidente destinou espaço para que fossem realizadas perguntas pelos senhores prefeitos

presentes nesta audiência, que em seguida foram respondidas pelo senhor secretário, conforme consta nas notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, pelo senhor deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes senhores deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto e Padre Paulo Campos. Contando com a presença do secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, senhor Aldair Tarcisio Rizzi, o senhor presidente abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Em seguida passou a palavra à deputada Cida Borgehetti e Barbosa Neto, que da mesma forma agradeceram a presença do senhor secretário de Estado que retribuiu os agradecimentos e iniciou a apresentação da Proposta de Reestruturação do Sistema Estadual de Ensino Superior, conforme consta em anexo. O senhor presidente informou aos membros da Comissão sobre a Audiência Pública a ser realizada no dia 28 de agosto no Auditório da Fecea - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, sobre o projeto de lei que está sendo encaminhado a esta Casa, através de mensagem do governador do Estado e de que tratou a reunião datada de hoje. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, presidida pelo senhor deputado Tadeu Veneri. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Indicação nº 068/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês. Relator: deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁEL - APROVADO; 01) Indicação nº

062/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Relator: deputado Francisco Bühler. Parecer FAVORÁEL - APROVADO; 03) Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003 (anexados) de autoria dos deputados Fernando Ribas Carli e Rafael Greca. Relatora: deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁEL - APROVADO; 04) Indicação nº 071/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁEL - APROVADO; 05) Indicação nº 064/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Relator: deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do deputado Francisco Bühler. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para Ordem do Dia, quando o deputado Ailton Araújo apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 248/2003, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Rosângela de Fátima Borba Zacliffevis, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Rosângela de Fátima Borba Zacliffevis - Secretária

#### Atas da CPI:

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 30ª REUNIÃO

Aos nove dias do mês de setembro, do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Ple-narinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühler, Admeir Bier e Waldir Leite. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião ante-

rior. APROVADA. A seguir o senhor presidente expôs aos deputados membros o andamento dos trabalhos da Comissão até a presente data e o roteiro para a sua finalização. Em seguida deliberou sobre a quebra do sigilo bancário e fiscal dos diretores e sócios gerentes das seguintes empresas: Jabur Toyopar Indústria e Comércio Ltda; Redram Construtora de Obras Ltda; Tucuman Engenharia e Empreendimentos Ltda. E Trebor Informática Ltda. Em votação. APROVADO. Em seguida os senhores deputados deliberaram pela realização de três Sessões públicas para que fossem discutidas as operações da Banestado Leasing, Aspen Park e empréstimos efetuados pela agência do Banestado Grand Cayman, com a convocação de todas as pessoas necessárias para este fim. Em votação. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 31ª REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de setembro, do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Berardin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Doutor Luciano, Pedro Ivo Ilkiv, Nelson Justus, Ademir Bier e Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o senhor presidente solicitou que o depoente, o senhor Gabriel Nunes Pires Neto, ex-diretor de câmbio do Banestado, fizesse a leitura do termo de compromisso. O depoente assinou o termo, e invocando dispositivo constitucional declarou que exerceria o direito de permanecer calado. Em seguida a comissão ouviu os depoimentos dos senhores Ricardo Franckize, gente da Agência Grand Cayman do Banestado; Maria Cristina Ibrai, Jabur, sócia proprietária da empresa Jabur Toyopar Indústria e Comércio Ltda e Sérgio Fontoura Marder, sócio proprietário da empresa Redran Construtora de Obras Ltda. As respostas dos depoentes às indagações dos senhores deputados mem-

bro, constam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 32ª REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de setembro, do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Berardin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Fernando Ribas Carli, Ademir Bier e Waldir Leite. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o senhor presidente submeteu a aprovação, requerimento no sentido de prorrogar os trabalhos da Comissão por mais de 30 dias, a partir de 13 de outubro do corrente ano. Em votação. APROVADO. Em seguida foram ouvidos os seguintes senhores depoentes: Euzir Baggio, Luiz Antônio Eugênio de Lima, Marcos José Olsen, Arlei Maro Pinto Lara e Jackson Ciro Sandrini. As respostas dos depoentes às indagações dos senhores deputados membros, constam das notas taquigráficas que passa a integrar esta Ata. Pelo fato de alguns depoentes comentarem sobre a possibilidade de ter havido um pseudofalecimento do senhor Oswaldo Luiz Magalhães dos Santos, o delegado Bradock requereu que a comissão encaminhe à justiça, pedido de exumação do corpo e exame de DNA, para a apuração dos fatos. Em discussão. Encerrada a discussão o senhor presidente submeteu o requerimento à votação nominal, conforme consta nas notas taquigráficas. Em votação. APROVADO o requerimento. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário